**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**URGENTE – COVID-19 – DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, por meio da Promotoria de Justiça de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal signatário, com fulcro legal nos artigos 127 e 129, inciso II, ambos da Constituição da República; artigo 32, II da Lei nº 8.625/93; artigos 5º II, 7º I, II e 18 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do SUS) e com base nos documentos anexos vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor:

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA INIBITÓRIA COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER E FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

em face do **MUNICÍPIO DE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado pelo Prefeito \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **e da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PRODUTORA DE FESTAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Com sede na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. **DOS FATOS**

O Ministério Público do Estado do Tocantins tomou conhecimento, por meio de matéria divulgada em portal de notícias \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que existem diversas festas de pré-carnaval e carnaval programadas para acontecer (informar quais os eventos).

Ocorre que o sobredito evento, afora outros, se ocorrer no formato anunciado, representa risco concreto de descumprimento às normas vigentes sobre política de combate à pandemia COVID-19, em prejuízo da saúde pública, eis que há claros indícios de que o evento pretende recepcionar grande público, em flagrante contradição com as exigências e restrições sanitáriasque o momento ainda impõe, sobretudo porque ensejará a AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS, sem o controle necessário realizado por meio de PASSAPORTE SANITÁRIO, implicando em risco de disseminação da pandemia pelo COVID-19, pelos motivos a seguir expostos.

O produtor do evento não informa quaisquer medidas a serão adotadas na realização do evento, acerca da prevenção do contágio pelo Coronavírus, tão somente se limita a reproduzir, nas fotos, *flyers e banners* do evento, em letras minúsculas, que “o evento segue os protocolos legais ou que haverá “público limitado”.

Entretanto, pelo número de atrações musicais e pela estrutura do evento que estão sendo anunciados, além da maciça divulgação nas redes sociais e outras mídias no Município, apontam que o evento a ser realizado concentrará grande número de pessoas em aglomeração, sem o devido controle de acesso, nem a exigência de passaporte sanitário, o que contraria frontalmente uma das principais recomendações sanitárias no combate à Pandemia provocada pela COVID-19, inclusive no tocante ao Decreto Estadual n. 6.359, de 3 de dezembro de 2021[[1]](#footnote-1)**,** que somente permite a realização de eventos acima de 200 (duzentas) pessoas com obediência aos protocolos sanitárias, especialmente controle de acesso e exigência de passaporte sanitário.

Conforme dados do IntegraSUS[[2]](#footnote-2), divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, foram notificados 295.194 casos confirmados de Covid-19 no Estado, com um total de 4.090 óbitos, até o dia 21 de fevereiro de 2022.

Entrementes, até a mesma data, o Estado aplicou 2.285.155 doses de vacinas contra covid-19, segundo dados do vacinômetro do Estado[[3]](#footnote-3).

A partir do avanço do processo de vacinação se percebeu melhoria dos dados epidemiológicos referentes à hospitalização e óbitos pela COVID-19 no Estado, o que permitiu a retomada mais segura das atividades econômicas, especialmente quanto à realização dos eventos – setor que foi profundamente impactado no período, sendo oportuno e necessário o retorno da atividade, a qual, entretanto, assim como as demais, necessita se adequar às novas medidas para contenção da pandemia.

Contudo, com o avanço da variante ômicron[[4]](#footnote-4), menos letal, porém mais contagiosa, e uma nova onda da pandemia, permanecem necessárias as medidas restritivas ao convívio social, sendo de fundamental importância, para contenção dos efeitos nefastos da pandemia, que as atividades econômicas e sociais respeitem as medidas sanitárias determinadas para cada setor, enquanto toda a população não esteja com seu esquema vacinal completo, sob pena dessa nova onda estender-se por tempo superior as previsões epidemiológicas e trazer consequências negativas para todos os setores.

Atenta à problemática, essa Promotoria de Justiça ressalta a necessidade de observância das medidas sanitárias determinadas pelo governo do Estado, especialmente para a segura realização de eventos sociais, culturais, corporativos, e outros visando conter o avanço do novo coronavírus, visto que se trata de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, razão pela qual vem pleitear as medidas adiante solicitadas.

1. **DA VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 NO TOCANTINS**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a detecção e a propagação de um patógeno respiratório emergente são acompanhadas pela incerteza sobre as características epidemiológicas, clínicas e virais, do novo patógeno e particularmente sua habilidade de se propagar na população humana e sua virulência (caso – severidade).

Diante disso, conforme destacado no [Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19](https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19/@@download/file/Plano%20Nacional%20de%20Operacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20a%20Covid-19%20-%20PNO%20-%2011%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf)[[5]](#footnote-5), a pandemia decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus tem causado impactos com prejuízos globais de ordem social e econômica, tornando-se o maior desafio de saúde pública da atualidade.

É fato público e notório que o Brasil não tem obtido o êxito necessário no combate à pandemia, que já conta com mais de 644 mil vítimas fatais e mais de 28 milhões de casos confirmados[[6]](#footnote-6).

No atual cenário, de grande complexidade sanitária mundial, uma vacina eficaz e segura, é reconhecida como uma solução em potencial para o controle da pandemia, aliada à manutenção das medidas de prevenção já estabelecidas, como utilização de máscaras, manutenção do distanciamento social, higiene das mãos, entre outras.

Conforme dados divulgados pela imprensa no mês de fevereiro[[7]](#footnote-7), o Tocantins está entre os 6 piores percentuais de pessoas imunizadas contra Covid-19 do Brasil, chegando a um percentual de 57,46% da população tocantinense que já recebeu as duas doses ou a dose única de imunizante. Se forem considerados os números apenas das primeiras doses aplicadas, o índice sobe para 67,99%.

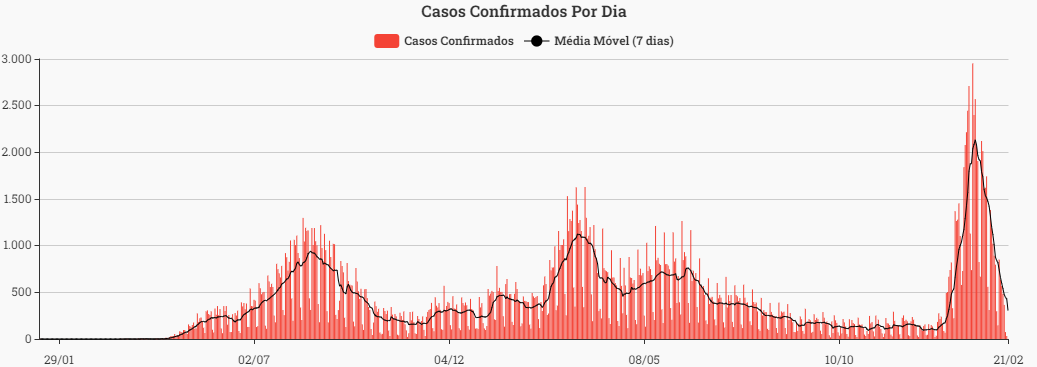
Sendo assim, o percentual ainda está abaixo do considerando ideal para contenção da pandemia, em que a população adquire a chamada “imunidade de rebanho”, permitindo que uma doença não represente mais riscos. Nesse contexto, é necessário que a retomada das atividades econômicas e comportamentais seja feita de forma responsável, conforme protocolos sanitários.

1. **DO ATUAL CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO E OCUPAÇÃO DOS LEITOS DE UTI**

Conforme dados do Epidemiológicos[[8]](#footnote-8) - divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins temos o seguinte quadro quanto aos casos confirmados:

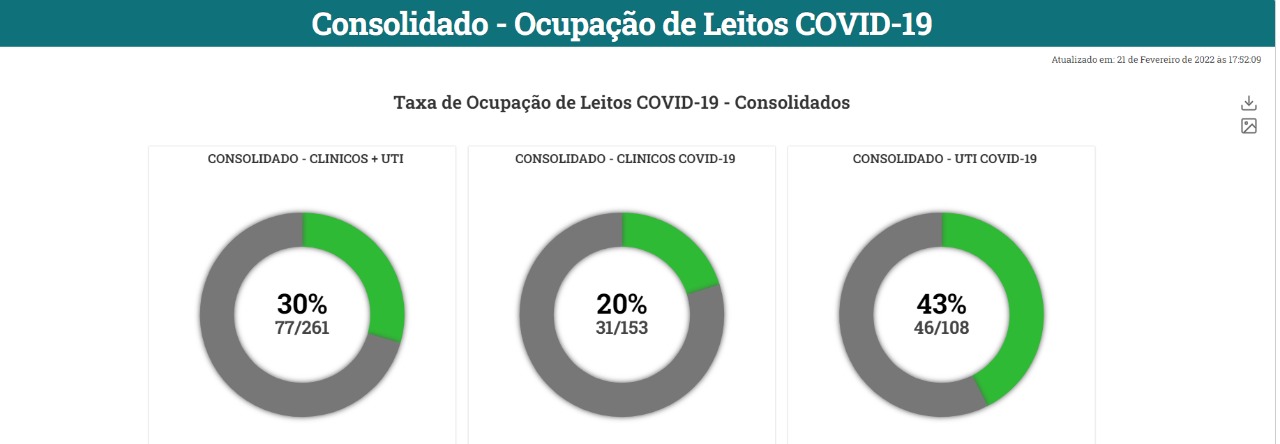


Quanto o número de casos confirmados por dia, obtivemos o seguinte gráfico:



Observa-se, portanto, que o Tocantins, assim como o Brasil, passa pelo período da terceira onda da pandemia. O pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Julio Croda, estima que a terceira onda de casos da Covid-19 deve se arrastar até o fim de fevereiro, no Brasil. A avaliação é feita com base no atual cenário da pandemia e como a variante Ômicron do novo coronavírus tem se comportado nos países em que chegou primeiro[[9]](#footnote-9).

Por fim, há de se observar também a situação de ocupação hospitalar no estado que se demonstra a seguir:



1. **DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE:**

Inicialmente, cabe ressaltar que o direito à saúde teve sua relevância, que sempre foi enorme, ainda mais destacada nos anos de 2020 e 2021, em razão da necessidade de esforços coletivos, no âmbito de todos os Poderes da República, para conter a evolução da Pandemia COVID-19, a qual, notadamente, ainda não acabou.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal julgou diversas ADIs emblemáticas envolvendo a pandemia. Para os fins aqui pretendidos, de intervenção do Poder Judiciário nos entes federados, transcreve-se trecho da ementa da ADI 6.341, com publicação em 13/11/2020:

**REFERENDO EM MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DA INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. EMERGÊNCIA SANITÁRIA INTERNACIONAL**. LEI 13.979 DE 2020. COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS PARA LEGISLAR E ADOTAR MEDIDAS SANITÁRIAS DE COMBATE À EPIDEMIA INTERNACIONAL. HIERARQUIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. COMPETÊNCIA COMUM. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE

DEFERIDA. 1. A emergência internacional, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, não implica nem muito menos autoriza a outorga de discricionariedade sem controle ou sem contrapesos típicos do Estado Democrático de Direito. **As regras constitucionais não servem apenas para proteger a liberdade individual, mas também o exercício da racionalidade coletiva, isto é, da capacidade de coordenar as ações de forma eficiente.** [...] **3. O pior erro na formulação das políticas públicas é a omissão, sobretudo para as ações essenciais exigidas pelo art. 23 da Constituição Federal.** É grave que, sob o manto da competência exclusiva ou privativa, premiem-se as inações do governo federal, impedindo que Estados e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, implementem as políticas públicas essenciais. **O Estado garantidor dos direitos fundamentais não é apenas a União, mas também os Estados e os Municípios.** [...] **6. O direito à saúde é garantido por meio da obrigação dos Estados Partes de adotar medidas necessárias para prevenir e tratar as doenças epidêmicas e os entes públicos devem aderir às diretrizes da Organização Mundial da Saúde, não apenas por serem elas obrigatórias nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Mundial da Saúde (Decreto 26.042, de 17 de dezembro de 1948), mas sobretudo porque contam com a expertise necessária para dar plena eficácia ao direito à saúde.** 7. Como a finalidade da atuação dos entes federativos é comum, **a solução de conflitos sobre o exercício da competência deve pautar-se pela melhor realização do direito à saúde, amparada em evidências científicas e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde** [...] (ADI 6341 MC-Ref, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 15/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe- 271 DIVULG 12-11-2020 PUBLIC 13-11-2020)

Dessa forma, questiona-se se a omissão do Poder Público Municipal deve prevalecer, permitindo a realização dos mais variados eventos, especialmente festas e prévias carnavalescas, sem qualquer tipo de fiscalização, em locais com grande concentração de pessoas, provavelmente sem qualquer distanciamento social ou uso contínuo de máscaras de proteção facial, conforme recomenda a OMS, ou qualquer medida prevista em protocolo sanitário pela autoridade de saúde estadual.

Não é demais reiterar, nesse contexto, que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em colaboração com autoridades de todo o mundo, **indicou a vacinação, bem como o distanciamento social como o protocolo de prevenção e contenção da escala de contágio da pandemia**, especialmente no estágio de transmissão comunitária, em que se encontra o Brasil desde 20/3/2020 (art. 1º da Portaria 454/2020 do Ministério da Saúde). Na ADPF nº 672, o Min. Alexandre de Moraes assim aduziu:

“**A gravidade da emergência causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19) exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis e tecnicamente sustentáveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde**. [...] Não compete ao Poder Judiciário substituir o juízo de conveniência e oportunidade realizado pelo Presidente da República no exercício de suas competências constitucionais, porém é seu dever constitucional exercer o juízo de verificação da exatidão do exercício dessa discricionariedade executiva perante a constitucionalidade das medidas tomadas, verificando a realidade dos fatos e também a coerência lógica da decisão com as situações concretas. **Se ausente a coerência, as medidas estarão viciadas por infringência ao ordenamento jurídico constitucional e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade, evitando que se converta em causa de decisões desprovidas de justificação fática e, consequentemente, arbitrárias.**”

Não se pretende aqui aniquilar completamente as atividades econômicas no Município, especialmente, quanto à realização de eventos. Entretanto, não se pode conceber que tais atividades imprimam iminente risco à sociedade, uma vez que se pretendem ser realizadas com grande número de pessoas, sem controle de acesso e sem respeito a qualquer protocolo sanitário.

O risco de disseminação viral torna-se mais elevado em uma festa ou show, sobretudo porque no contexto natural de tais eventos, as pessoas são estimuladas a confraternizar, dançar, trocar beijos, abraços, portanto, incorrerem em práticas que caminham na contramão das orientações de distanciamento social tão exigidas pelas autoridades sanitárias nacionais.

Nesse sentido, de forma a mitigar eventual propagação do vírus, é que se faz necessário, conforme expressamente previsto, que os organizadores do evento realizem o controle de entrada de pessoas, para garantir a apresentação do PASSAPORTE SANITÁRIO, bem como a quantidade de convidados no local para que não ultrapasse o limite estabelecido para o tipo de evento realizado.

Também é imprescindível a intervenção do Poder Judiciário para dar efetividade às normas sanitárias, inibindo a prática, a repetição ou a continuação de ilícitos, abusos e violações, bem como responsabilizando aqueles que realizaram eventos em total afronta às normas sanitárias, o que não está ocorrendo no presente caso.

É certo que, havendo conflito entre bens jurídicos igualmente tutelados, não se deve tolher totalmente um em benefício do outro. Não é isso que se pretende nesta ação, e sim, que haja efetiva priorização do direito à vida e à saúde, especialmente no momento atual da pandemia, a ser resguardado com o cumprimento dos protocolos de segurança sanitária e as medidas restritivas determinadas.

Assim, revela-se temerária a autorização e promoção de festas de pré-carnaval e carnaval e shows com aglomerações, sem qualquer fiscalização do poder público municipal e em desacordo com o Decreto Estadual 6.359, de 3 de dezembro de 2021 e o Decreto Municipal nº xxxx, mas, sobretudo, contrariando a própria Constituição, que prevê o DIREITO À SAÚDE como um DIREITO FUNDAMENTAL, a ser GARANTIDO PELO ESTADO (em sentido amplo), não podendo este adotar quaisquer medidas que prejudiquem ou afetem esse direito.

Nesse sentido, o direito à saúde, assegurado pela Constituição da República de 1988, como direito fundamental decorrente do direito à vida e da dignidade da pessoa humana, incumbe ao Estado e à sociedade a obrigação de provê-lo a todos os que dele necessitem.

Destarte, tem-se que o exercício do direito à saúde pelo indivíduo não se encontra condicionado à regulamentação infraconstitucional, a teor do que prescreve o art. 5º, §1º, da CF/88: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". Nesse ínterim, precedente da Excelsa Corte:

**Cumpre assinalar que a essencialidade do direito à saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse, como prestações de relevância pública, as ações e serviços de saúde (CF, art. 197), em ordem a legitimar a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário naquelas hipóteses em que os órgãos estatais, anomalamente, deixassem de respeitar o mandamento constitucional, frustrando-lhe, arbitrariamente, a eficácia jurídico-social, seja por intolerável omissão, seja por qualquer outra inaceitável modalidade de comportamento governamental desviante.** [...] (STA 175 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, voto do min. Celso de Mello, j. 17-3- 2010, DJE de 30-4-2010.) (grifos nossos).

O cumprimento do dever político-constitucional, consagrado no art. 196 da Carta da República, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa.

1. **DAS NORMAS RESTRITIVAS**

Entre as providências acertadamente tomadas pela Administração Pública em diversos municípios do Tocantins está o cancelamento de grandes eventos públicos, por mais tradicionais que sejam, a exemplo de Xambioá[[10]](#footnote-10), Porto Nacional[[11]](#footnote-11), Gurupi e região[[12]](#footnote-12) e Palmas, conforme noticiado nas redes sociais e órgãos de imprensa, bem como de todos os eventos de pré-carnaval e carnaval.

Ademais, vigora, no Estado do Tocantins, o Decreto No 6.359, de 03/12/2021 - DOE 5979 a seguinte redação:

**Art. 2o** Sem prejuízo da observância dos protocolos de segurança e de prevenção contra a Covid-19, a realização de eventos e de reuniões, para fins diversos, com público superior a 200 pessoas, em ambientes fechados ou abertos, é condicionada à apresentação de comprovante de conclusão do ciclo vacinal, excetuadas desta última condição as crianças menores de 12 anos de idade.

Parágrafo único. É vedada a realização de eventos que não cumpram os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, sob pena de responsabilização de seus organizadores, nos termos do Código Sanitário do Estado do Tocantins.

**Art. 3o**Recomenda-se aos Chefes de Poder Executivo Municipal que baixem seus atos normativos dispondo sobre orientações para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, observadas a limitação da capacidade em até 70% e as diretrizes constantes dos protocolos de segurança e de prevenção contra a Covid-19.

No âmbito municipal, foi editado o Decreto (...)

O risco de disseminação viral torna-se mais elevado em uma festa ou show, sobretudo porque no contexto natural de tais eventos, as pessoas são estimuladas a confraternizar, dançar, trocar beijos, abraços, portanto, incorrerem em práticas que caminham na contramão das orientações de distanciamento social tão exigidas pelas autoridades sanitárias nacionais.

Nesse sentido, de forma a mitigar eventual propagação do vírus, é que se faz necessário, conforme expressamente previsto, que os organizadores do evento realizem o controle de entrada de pessoas, para garantir a apresentação do PASSAPORTE SANITÁRIO e o respeito as medidas de distanciamento.

Por conseguinte, imprescindível a intervenção preventiva do Poder Judiciário para dar efetividade às normas sanitárias, inibindo a prática, a repetição ou a continuação de ilícitos, abusos e violações.

Em razão disso, cumprindo o dever fundamental de proteger a população tocantinense, não resta alternativa a esta promotoria de justiça a não ser pleitear a suspensão de todos os shows e demais eventos com grande potencial de aglomeração de pessoas, que devam ocorrer na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que desrespeitem as normas sanitárias em vigor para realização de eventos. Requer-se, ainda, tutela inibitória consistente em obrigação de não realizar novos eventos nos mesmos moldes, ou seja, em total contrariedade às regras sanitárias e epidemiológicas para o combate da COVID-19.

1. **DO PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA**

Consoante lições de Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, a tutela inibitória, prevista no art. 497, parágrafo único, do Código de Processo Civil, é ação de conhecimento, genuinamente preventiva, que tem por escopo inibir a prática, a repetição ou a continuação do ato contrário ao direito:

**Art. 497.** Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

**Parágrafo único.** Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo

*In casu,* o que se busca é uma tutela jurisdicional de caráter preventivo, para inibir a prática de festas e shows que venham a ser marcadas em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para além da festa aqui já mencionada, que reúna milhares de pessoas em aglomeração ao arrepio das normas de segurança sanitárias.

Assim, a probabilidade do direito invocado e o risco ao resultado útil do processo, como demonstrado, exigem a concessão de tutela de urgência antecipada, liminarmente, *inaudita altera pars*. O risco ao resultado útildo processo é mais do que evidente, uma vez que, ocorrendo tais aglomerações, em nada terá sido útil o processo para a garantia da vida, da saúde e da incolumidade pública.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 294, parágrafo único, prevê que a tutela provisória de urgência cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. O mesmo diploma legal estabelece no artigo 300 que será concedida a tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*, periculum in mora e fumus boni iuris,* sendo que a referida tutela pode ser concedida liminarmente nos termos do art. 300, §2º.

É notável que todos os requisitos indispensáveis à concessão da liminar estão devidamente demonstrados. Acerca dos requisitos para concessão da tutela antecipada, pertinentes as palavras de Alexandre Câmara:

Ambas as modalidades de tutela de urgência, portanto, têm como requisito essencial de concessão a **existência de uma situação de perigo de dano iminente**, resultante da demora do processo (*periculum in mora*). Este perigo pode ter por alvo a própria existência do direito material (caso em que será adequada a tutela de urgência satisfativa) ou a efetividade do processo (hipótese na qual adequada será a tutela cautelar). O *periculum in mora,* porém, embora essencial, não é requisito suficiente para a concessão de tutela de urgência. Esta, por se fundar em cognição sumária, **exige também a probabilidade de existência do direito (conhecida como *fumus boni iuris*),** como se pode verificar pelo texto do art. 300, segundo o qual “[a] tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que não há violação ao princípio da separação dos podereso pedido de medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente previstos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS. OMISSÃO ESTATAL. DIREITOS ESSENCIAIS INCLUSOS NO CONCEITO DE

MÍNIMO EXISTENCIAL. 1. O STJ tem decidido que, ante a demora do Poder competente, o Poder Judiciário poderá determinar, em caráter excepcional, a implementação de políticas públicas de interesse social – principalmente nos casos em que visem resguardar a supremacia da dignidade humana sem que isso configure invasão da discricionariedade ou afronta à reserva do possível. 2. O controle jurisdicional de políticas públicas se legitima sempre que a “inescusável omissão estatal” na sua efetivação atinja direitos essenciais inclusos no conceito de mínimo existencial. 3. **O Pretório Excelso consolidou o posicionamento de ser lícito ao Poder Judiciário “determinar que a Administração Pública adote Medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos Poderes**” (AI 739.151 AgR, Rel. Ministra Rosa Weber, DJe 11/6/2014, e AI 708.667 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe 10/4/2012). 4. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ – AgInt no REsp: 1304269 MG 2012/0032015-6, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 17/10/2017, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/10/2017). (grifos nossos)

No caso ora posto, todos os requisitos exigidos pela lei processual para o deferimento da tutela antecipada encontram-se reunidos.

Quanto à **probabilidade do direito**, o tema já foi exaustivamente tratado. A realização de festas e eventos congêneres que produzam intensa aglomeração de pessoas, como é o caso das festas “prévias carnavalescas” aqui relatadas, contrariam frontalmente o [Decreto Estadual nº 34.523](https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/DECRETO-No34.523-de-29-de-janeiro-de-2022.pdf), de 29 de janeiro de 2022, com vigência até o dia 27 de fevereiro de 2022, conforme o [Decreto Estadual nº 34.544](https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/DECRETO-No34.544-de-12-de-fevereiro-de-2022.pdf), de 12 de fevereiro de 2022, que disciplina, nos termos do art. 10, com redação dada pelo [Decreto Estadual nº 34.541](https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/DECRETO-No34.541-de-05-de-fevereiro-de-2022.pdf), de 05 de fevereiro de 2022, **sejam por estarem realizando eventos festivos de pré-carnaval ou carnaval, em locais e logradouros públicos, sejam por realizarem festas particulares, com público superior a capacidade reduzida de 500 pessoas em locais abertos ou 250 pessoas em locais públicos.**

Indubitavelmente, o evento objeto desta ação e os demais que porventura venham a ser realizados contribuem sobremaneira para a propagação do vírus, motivo pelo qual as medidas restritivas devem ser implementadas e respeitadas, principalmente quanto a proibição de aglomerações sem observância dos protocolos sanitários.

O **periculum in mora** também resta demonstrado, decorrendo da própria natureza da demanda, já que as festas estão previstas para acontecer no dia\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assim, requer deste d. juízo que condene o Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na obrigação de fazer consistente na anulação/revogação de eventuais autorizações concedidas à promotora de eventos para realização de shows e festas em locais com grande público, sem definição da organização quanto ao cumprimento das medidas sanitárias imprescindíveis, conforme decreto Estadual e Municipal, bem como que se abstenha de autorizar novos eventos que porventura venham a acontecer nos mesmos moldes e fiscalize os eventos particulares já autorizados para que efetivamente cumpram os protocolos de sanitários.

**Quanto à Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** requer liminarmente a suspensão do evento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ aqui mencionado – ou apresentação de plano que garanta o cumprimento das medidas previstas em decreto estadual e protocolo sanitário, especialmente quanto ao controle de acesso do público, somente permitindo a entrada de pessoas na quantidade permitida pelo Decreto 34544/2022 e que possuam PASSAPORTE SANITÁRIO.

Para garantir a efetividade da ordem, requer esse Órgão Ministerial, também em sede de liminar, sejam fixadas multas diárias aos réus pelo eventual descumprimento da obrigação, a ser fixada à ordem de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) diários corrigidas no momento do pagamento, nos termos do art. 11 da Lei nº 7.347/85, *in verbis*:

Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Outrossim, além da festa aqui mencionada, é mister que a tutela inibitória englobe quaisquer outras festas e aglomerações de grande proporção no Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, especialmente as que venham a ser realizadas sem observâncias das normas sanitárias, no sentido de evitar que os referidos eventos sejam propagadores da COVID-19.

# A tutela pleiteada é, portanto, condição imprescindível para evitar irreversível perecimento do direito difuso à saúde.

1. **DOS PEDIDOS**

Do exposto, requer-se respeitosamente a este d. juízo, sem oitiva prévia da outra parte:

1. o recebimento desta Ação Civil Pública;
2. a título de antecipação dos efeitos da tutela:
   1. a condenação do Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na obrigação de fazer consistente na anulação/revogação de eventuais autorizações concedidas à promotora de eventos para realização de shows e festas, em desacordo com as medidas sanitárias, conforme decreto Estadual, bem como que se abstenha de autorizar novos eventos que porventura venham a acontecer nos mesmos moldes e fiscalize os eventos particulares já autorizados para que cumpram os protocolos sanitários, principalmente, no tocante à limitação de público.
   2. a condenação da Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na suspensão do evento \_\_\_\_\_\_\_\_ ser realizado em desacordo com as medidas sanitárias, ou apresentação de plano que garanta o cumprimento das medidas previstas em decreto estadual e protocolo sanitário, especialmente quanto ao controle de acesso do público, somente permitindo a entrada de pessoas que possuam PASSAPORTE SANITÁRIO;
   3. a cominação de multa diária no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada réu, no caso de descumprimento da liminar, corrigidos e acrescidos de juros, valor a ser revertido para o fundo de direitos difusos do Estado do Tocantins (FDID), com depósito em sua respectiva conta;
3. expedição de ofícios à Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Conselho Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária Municipal, notificando-os da decisão liminar proferida, para que fiscalizem seu cumprimento, noticiando nos autos, mediante relatório, possíveis ocorrências, observando, inclusive, que o não atendimento acarreta ao infrator a prática do crime de desobediência, que a tanto poderá ser autuado, além de eventual cassação de alvará de funcionamento;
4. que a decisão antecipatória sirva como mandado, garantidos os meios de sua execução, inclusive mediante requisição de apoio de força policial, deferindo-se desde logo medida de embargo/lacre do estabelecimento comercial ou espaço que venha a descumprir decisão desse Juízo;
5. como medida acessória, seja dada ampla divulgação à decisão antecipatória, para atendimento às finalidades pedagógica e dissuasória que a situação de emergência de saúde pública exige, especialmente em rádios e portais da cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
6. a intimação dos requeridos para que se dê cumprimento a liminar, citando-os, garantida ao Oficial de Justiça a prerrogativa do art. 212, § 2º, do CPC;
7. a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental e testemunhal;
8. ao final, a integral procedência desta Ação Civil Pública, para tornar definitivas as medidas pleiteadas em caráter antecipatório:
   1. a condenação do Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na obrigação de fazer consistente na anulação/revogação de eventuais autorizações concedidas à promotora de eventos para realização de shows e festas, em desacordo com as medidas sanitárias, conforme decreto Estadual, bem como se abstenha de autorizar novos eventos que porventura venham a acontecer nos mesmos moldes e que mantenha equipe de fiscalização atuante nos eventos particulares, que supostamente estão conforme as medidas sanitárias, para fins de verificação do cumprimento destas; sob pena de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), corrigidos e acrescidos de juros, valor a ser revertido para o fundo de direitos difusos do Estado Tocantins;
   2. a condenação da Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na suspensão do evento \_\_\_\_\_\_\_\_ ser realizado em desacordo com as medidas sanitárias, ou apresentação de plano que garanta o cumprimento das medidas previstas em decreto estadual e protocolo sanitário, especialmente quanto ao controle de acesso do público, somente permitindo a entrada de pessoas na quantidade de pessoas permitidas pelas normas sanitárias e que possuam PASSAPORTE SANITÁRIO, se abstendo de realizar novos eventos em descumprimento aos limites previstos nos Decretos Estaduais da autoridade sanitária e em contrariedade aos protocolos (com uso de máscaras e passaporte de vacinação para todos) sob pena de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), corrigidos e acrescidos de juros, valor a ser revertido para o fundo de direitos difusos do Estado do Tocantins;

Informa o Ministério Público do Estado do Tocantins, em atenção ao que dispõe o inciso VII do art. 319 do Código de Processo Civil, e em observância aos princípios da boa-fé́ e cooperação processual, que opta pela realização de audiência inicial de tentativa de conciliação, a fim de franquear à parte requerida a possibilidade de manifestar-se, previamente à contestação, acerca de eventual aquiescência voluntária com os pedidos formulados nesta Ação Civil Pública.

Atribui-se à presente causa, para efeitos meramente fiscais, o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do CPC.

Termos em que pede e espera deferimento.

Município, data.

Promotor de Justiça

1. TOCANTINS, Decreto No 6.359, de 03/12/2021. Disponível em < <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6359> > Acesso em 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em <http://integra.saude.to.gov.br/covid19> Acesso em: 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: <http://integra.saude.to.gov.br/covid19> Acesso em: 21/02/2022 [↑](#footnote-ref-3)
4. AUGUSTO, Otávio. Ministério da Saúde admite que variante Ômicron predomina no Brasil. Metrópoles. Disponível em < <https://www.metropoles.com/brasil/ministerio-da-saude-admite-que-variante-omicron-e-prevalente-no-brasil> >. Publicado em 11/01/2022. Acesso em 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-4)
5. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19. 12ª Ed. Disponível em < <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contra-covid-19.pdf/> >. Acesso em 21//02/2022. [↑](#footnote-ref-5)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. CoronaVirus Brasil. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/> > . Acesso em 21/01/2022. [↑](#footnote-ref-6)
7. Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acesso em: 21/02/2022 [↑](#footnote-ref-7)
8. Disponível em < <http://integra.saude.to.gov.br/covid19/InformacoesEpidemiologicas> > Acesso em: 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-8)
9. Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/nova-onda-de-covid-deve-ir-ate-fim-de-fevereiro-estima-julio-croda> Acesso em: 17/02/2022 [↑](#footnote-ref-9)
10. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/02/02/prefeitura-de-xambioa-cancela-festas-de-carnaval-por-causa-do-aumento-nos-casos-de-covid.ghtml> . Acesso em 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-10)
11. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/02/07/porto-nacional-cancela-festas-de-carnaval-publicas-e-privadas-por-causa-da-pandemia.ghtml> . Acesso em 21/02/2022. [↑](#footnote-ref-11)
12. <https://conexaoto.com.br/2021/02/10/municipios-da-comarca-de-gurupi-comunicam-ao-mpto-o-cancelamento-das-festas-de-carnaval> . Acesso em 21/01/2022. [↑](#footnote-ref-12)